

O PAPEL INSTRUMENTAL DOS ARQUIVOS E AS QUALIDADES PROFISSIONAIS DO ARQUIVISTA*

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo
E-mail: hbellotto@yahoo.com.br

Resumo: Artigo relata duas conferências, Encontro dos Estudantes de Arquivologia no VII Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Viña del Mar, Chile, 23 de novembro de 2007, sobre as responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista; Mesa-Redonda o papel social, instrumental e político dos arquivos no Seminário Arquivo, Memória. Fundação Cultural de Santos. Santos, SP, 28 de agosto de 2009. Arquivos são essenciais, ferramentas, cidadanias, direito, historiografia, ações administrativas, técnicas, científicas, pois são provas fundamentais na eficiência da administração pública e privada. Arquivos são instrumentos insubstituíveis para a administração pública/privada, devido ao fato de integrarem os mecanismos de decisão e de ação e, nesse sentido, deveriam ter lugar tanto nas políticas públicas como nas estratégias empresariais no conhecimento prático.

Palavras-chave: Arquivo. Instrumentos de arquivos. Ética.



1 INTRODUÇÃO

Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (seja a dos órgãos públicos, seja a das entidades privadas), ferramentas da cidadania (isto é, dos direitos e dos deveres dos cidadãos), ferramentas do direito, ferramentas da historiografia (isto é, os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador). Ademais, serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia, do dia a dia das pessoas. Arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada, para que dela se faça uso. “O arquivo é ferramenta da administração e é celeiro da História”, na decantada expressão do célebre arquivista francês, ex-diretor dos *Archives Nationales*, Charles Bautier.

Arquivos são instrumentos de uso. Arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc., sejam conhecidas, cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas. Documentos de arquivo são provas.

Em matéria de uso, os arquivos podem ter uso prático, uso popular, uso acadêmico, como o demonstrou o então diretor do *Archivo General de la Nación* da Argentina, na sua conferência no IX Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Londres (GARCÍA BELSUNCE, 1980):

Uso prático – quem o realiza: o administrador e os profissionais de qualquer área.

Ele é operativo, corresponde a ações (ou informação para ações).

Tem sentido administrativo, jurídico, técnico, profissional.

Uso popular – quem o realiza: o cidadão comum.

Ele é informativo, correspondendo a conhecimento (sentido cultural) ou informação (caráter pessoal, direitos).

Uso acadêmico – quem o realiza: o pesquisador, em geral, historiador.

Ele é especulativo, corresponde a ideias a partir das informações obtidas no documento, para análise e “explicação” da história. Esse uso pode ter caráter científico (pesquisa) ou sociocultural.

Em cada um desses usos, nos quais as pessoas se servem desse instrumento, isto é, o documento de arquivo, há muitas variantes desse uso, segundo a razão pela qual a pessoa vai servir-se das informações contidas nos documentos.

2 USO PRÁTICO

No primeiro caso, no uso prático, que é o uso fundamental dos arquivos, a utilização é levada a cabo pela própria administração. O cria e acumula e o usa para seu próprio desempenho, estratégias e desenvolvimento. Há os profissionais, desde os advogados, até técnicos e cientistas de qualquer área do

fazer e do saber, assim como políticos, escritores, artistas etc., que necessitem de dados para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“O uso é que determina o arquivo e não o arquivo que determina o uso” (GARCIA BELSUNCE, 1980). O uso do arquivo, o arquivo como instrumento, está diretamente ligado ao conceito de informação registrada, basicamente a de caráter administrativo e/ou jurídico. Os arquivos contêm informações em seu estado puro, original, seus documentos são provas, antes de serem informações.

A “informação arquivística” não é informação tomada no sentido geral. Aliás, essa expressão é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. A melhor expressão ainda é “documento de arquivo”, com todas as suas especificidades. A verdade é que aquela informação, a que está no arquivo, registrada no documento de arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é “informação arquivística”! A informação arquivística, isto é, a de origem jurídica, administrativa, funcional, orgânica, é, antes de mais nada, prova, por mais simples que seja.

Reiteremos, o documento de arquivo é informação que tem em volta de si características e atributos próprios, tem tempo e circunstâncias, é eivada do “vínculo arquivístico”. Ele é a sua ligação indissolúvel com as funções e as atividades próprias da sua entidade produtora/acumuladora, seja ela pública ou privada, e com os outros documentos que compõem o respectivo arquivo.

Trata-se da conexão lógica e formal que une os documentos de um mesmo conjunto. “Se o vínculo arquivístico é mais facilmente individualizável entre os documentos de um arquivo que tenha uma estrutura complexa e uma articulação pré-constituída com a base de critérios jurídicos e formais mais rígidos, ele é presente, como conexão lógica e forma (mesmo que de modo rudimentar) em cada complexo de documentos que foram juntados pela finalidade prática de alguma questão” (CARUCCI, 1983, p. 20). É o vínculo arquivístico o que

transforma o documento em um verdadeiro “documento de arquivo”. Documentos que expressam atos não são documentos arquivísticos até que eles “entrem em contato” com os outros documentos relativos à mesma atividade (DURANTI, 1997, p. 216).

De outro lado, o vínculo entre o documento e seu produtor existe, patenteia-se no princípio da proveniência. Ele “fixa” a identidade do documento relativamente ao seu criador. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma mesma entidade ou mesma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro do seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta (BELLOTTO, 2002, p. 20-21).

3 ARQUIVOS, INSTRUMENTOS INSUBSTITUÍVEIS

Os arquivos são instrumentos insubstituíveis para a administração pública assim como para as organizações privadas, já que integram os mecanismos de decisão e de ação e, nesse sentido, deveriam ter lugar tanto nas políticas públicas como nas estratégias empresariais de desenvolvimento.

Visto o uso prático, temos de outro lado, o uso popular, quer dizer, arquivo como instrumento de cidadania, seja nos aspectos dos direitos e dos deveres do homem comum, do povo em geral, seja nos aspectos desse mesmo segmento social, no que concerne à sua informação e participação sociocultural. Isso, no sentido da história do meio em que vive e atua, sendo que esse conhecimento até pode ser feito de uma forma lúdica e prazerosa, dentro das atividades culturais e educativas dos arquivos históricos. Forma agradável de inteirar-se da identidade da sua comunidade. “No contexto da ação cultural contemporânea, os arquivos devem ajudar a formação de opinião. Podem explicar o sentido dos acontecimentos, voltando a situá-los no contexto psicológico dos

períodos em que se produziram; enfatizam personalidades grandes e pequenas, célebres ou obscuras, que precipitaram ou participaram dos acontecimentos. Dão a entender a finalidade de nossas instituições racionais, regionais ou locais. Por essa ação educativa, os arquivos dão vida à história de ontem e de hoje” (BERCHE, 1980).

Se o cidadão pode obter informações para fazer valer seus direitos, sejam, por exemplo, os relativos à sua aposentadoria, aos benefícios municipais para seu bairro, seja ao atendimento – ou recusa de suas reclamações – e como tudo isso precisa de documentos para valer e acontecer, também tem a ver com o uso popular dos arquivos. Como também podem os cidadãos procurar arquivos simplesmente por razões educativas ou culturais em relação à sua comunidade (PRÍNCIPE, 1980).

E o uso acadêmico? O arquivo como instrumento de trabalho do historiador para, por meio de seus estudos e análises, saber e poder “explicar” as sociedades passadas e sua evolução. A historiografia é construída com base nos documentos que estão nos arquivos. É o que se chama de a utilização científica do arquivo. E tal uso tende a ampliar-se. Se antes os consulentes ou usuários dos arquivos históricos eram só – ou, pelo menos em muito maior número – os historiadores e os professores de história, agora o corpo de interessados tem aumentado muito: por exemplo, arquitetos em pesquisas em torno da história e da evolução dos conhecimentos técnicos de arquitetura; médicos, em torno da evolução do saber médico, e inúmeros outros profissionais pelas mesmas razões. Além disso, há ampliação nos temas de pesquisa e nas épocas buscadas em direção da história mais recente.

O aumento do tipo de interesses dos pesquisadores implicados no estudo da história e disciplinas afins, foi acompanhado de uma maior utilização do material de arquivo. Isto embora a razão primordial de criar e manter arquivos sejam nacionais, institucionais ou privados – foi sempre motivada pela necessidade prática de conservar a documentação para poder levar a cabo as funções administrativas e jurídicas. A verdade é que a

utilização do material de arquivo para pesquisa histórica foi, frequentemente, anterior à criação das modernas instituições oficiais de arquivo (ROPER, 1980). Além da extrema variedade de temas, também ocorre hoje grande variedade de suportes do documento, desenvolvimento dos meios reprográficos e informáticos, estes usados tanto na reprodução de documentos e na elaboração de instrumentos de pesquisa, como na própria produção de documentos diretamente em meio digital. Ademais, muitos arquivos históricos e centros de documentação contam com programas de história oral, nos quais depoimentos e entrevistas trazem novas fontes para interpretar a história mais recente.

E isso, justamente, essa variedade de usos e de origens é o que é fascinante nos arquivos – a sua universalidade, a sua abrangência perpassa por toda a sociedade e o complexo de suas relações, dos seus feitos e ações e transações, dos seus comportamentos, tudo isso em sua forma informacional cabe nos arquivos. E eles estão aí, para servir à sociedade que os produziu e à qual pertencem. Na verdade, é essa mesma sociedade, as suas entidades e os seus cidadãos que determinam o uso dos arquivos, o como, o porquê e o para quê é que eles serão produzidos, acumulados e utilizados.

Enfim, diante de tudo isso, da constatação dos arquivos como instrumentos básicos de informação com tantas e tantas vertentes, qual deve ser o perfil, a preparação, a ação e o comportamento do seu profissional – o arquivista – para isso tudo?

Diante do que lhe exige a importância que os arquivos têm no mundo de hoje, no entender do conhecido arquivista espanhol, José Ramón Cruz Mundet, o profissional dos arquivos deve estar preparado para:

- organizar e disponibilizar documentação administrativa, durante o período de máxima utilidade para a gestão das organizações e para a tomada de decisão;
- assegurar a transferência periódica dos documentos que já não são de uso corrente por parte das organizações;

- aplicar os princípios e técnicas modernas de avaliação para, transcorrido um tempo, selecionar os documentos que, por seu valor, vão ser conservados indefinidamente e destruir os demais;

- classificar os fundos e manter ordenada a documentação em suas distintas etapas, de acordo com os princípios da arquivística;

- descrever a documentação para tornar mais fácil o acesso à informação, mediante os diferentes instrumentos de pesquisa, valendo-se das vantagens trazidas pelas novas tecnologias;

- instalar adequadamente os documentos em locais e equipamentos que garantam sua conservação integral; e,

- assegurar-se de que estas e outras funções que possam fazer o arquivo se desenvolver, fiquem estabelecidas e garantidas mediante um regulamento de serviço (CRUZ MUNDET, 1994).

Neste conjunto de obrigações, cabe ainda que sejam acrescentadas as exigências do trato social adequado e das qualidades éticas inerentes à pessoa do arquivista. A objetividade e a imparcialidade presidem o seu profissionalismo, resistindo eles às pressões que visem manipulação de testemunhos e dissimulação ou deformação de fatos. Sua preocupação ética faz com que procurem preservar a autenticidade e integridade dos documentos, entretanto, sem negar o acesso irrestrito e democrático aos documentos.

4 ÉTICA PROFISSIONAL

O Código de Deontologia (ética), preparado pelo Conselho Internacional de Arquivos é um quadro ético de conduta. Em seu preâmbulo fica claro que ele: “visa elevar o nível das regras de conduta da profissão arquivística e a sensibilizar os novos membros da profissão para essas regras, lembrar aos arquivistas experientes as suas responsabilidades profissionais e inspirar no público confiança na profissão”.

O enunciado de cada um dos seus 10 itens está reproduzido abaixo apenas em sua parte inicial, mas eles já podem dar uma noção do que o Conselho Internacional de Arquivos espera dos profissionais da área, no tocante à ética:

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos e garantem, deste modo, que eles constituam um testemunho do passado, duradouro e fidedigno. O primeiro dever dos arquivistas é manter a integridade dos documentos que estão a seu cargo e sob a sua vigilância.

2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos no seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, deste modo, a sua proveniência, preservando e tornando assim explícitas as suas inter-relações originais. Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidas.

3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos durante as operações de tratamento, de conservação e de exploração. Os arquivistas atuam de maneira a que o valor arquivístico dos documentos, incluindo os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja afetado pelos trabalhos arquivísticos de avaliação, de classificação e de inventário, de conservação e de análise.

4. Os arquivistas asseguram sempre a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.

5. Os arquivistas são responsáveis pelo tratamento dos documentos e justificam as suas modalidades. Os arquivistas não se preocupam apenas com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de modo a que, nos sistemas de informação e de arquivamento eletrônico, sejam tomadas em consideração, desde a origem, os procedimentos destinados à salvaguarda dos documentos de valor permanente.

6. Os arquivistas facilitam o acesso do maior número possível de utilizadores aos arquivos e oferecem, imparcialmente, os seus serviços a todos os usuários. Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos, de acordo com as

exigências, para a totalidade dos fundos à sua guarda.

7. Os arquivistas procuram encontrar um justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao saber e o respeito pela vida privada. Os arquivistas procuram garantir a proteção da vida das pessoas morais e dos indivíduos, assim como a segurança nacional.

8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam aproveitar-se injustamente da sua posição, para si próprios ou para quem quer que seja. Os arquivistas abstêm-se de qualquer atividade que prejudique a sua integridade profissional, a sua objetividade e a sua imparcialidade. Os arquivistas não tiram das suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem, em detrimento das instituições, dos usuários e dos seus colegas.

9. Os arquivistas procuram melhorar o nível profissional, renovando sistematicamente e continuamente os seus conhecimentos arquivísticos e partilhando os resultados das suas investigações e da sua experiência. Os arquivistas esforçam-se por desenvolver o seu saber profissional e os seus conhecimentos técnicos.

10. Os arquivistas trabalham em colaboração com os seus colegas e os membros das profissões que lhes são próximas, a fim de garantir, largamente, a conservação e a exploração do património documental.

Analisando-se o Código pode-se averiguar que os cinco primeiros itens estão relacionados às relações entre o arquivista e os “seus” documentos, e que o sexto, sétimo e oitavo, estão relacionados às suas ligações com o usuário e com o uso do arquivo, sendo que os dois últimos voltam-se para a formação, para o aperfeiçoamento profissional e para as relações com os profissionais das áreas próximas. Vemos assim que todas as nuances profissionais são contempladas, mesmo de que forma abrangente. Cabe-nos examinar cuidadosamente o Código e não nos desviarmos dele no exercício profissional.

E mais, para além das habilidades técnicas e das éticas acima apontadas, são ainda exigidas do arquivista ideal

qualidades pessoais apontadas pelo francês Grimard, e que englobam:

- capacidade de análise e síntese, juntamente com uma aptidão particular de esclarecer situações complexas e ir ao essencial;
- habilidade de formular claramente suas ideias, tanto de forma escrita como verbal;
- capacidade de julgamento seguro;
- aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade;
- abertura às novas tecnologias da informação;
- bom senso para tomar decisões; e,
- adaptação à realidade, às condições de seu tempo e lugar (GRIMARD,1993).

Os cidadãos devem respeitar o profissional de arquivo e também entender os arquivos não só como elementos essenciais do sistema democrático, senão também como instrumentos insubstituíveis do bom funcionamento do estado. Ora, é mais que evidente o papel que tem nisso o arquivista, já que ele é mediador e é autor da concretização do pleno acesso aos documentos. E, não só relativamente às informações governamentais ou às informações cidadãs, o arquivista assume um papel ativo e dinâmico, oposto à atitude passiva que tinha esse profissional nos tempos passados. Também dentro do mundo corporativo, das empresas, ele pode ter uma maior “projeção operativa”. No dizer do arquivista e professor de arquivística da Costa Rica, Luis Fernando Jaén García, é preciso abandonar a apatia, a preguiça, o anonimato e o enclausuramento dentro das quatro paredes do arquivo. Portanto, o profissional do arquivo atua na inteligência corporativa e na tomada de decisões (JAÉN GARCÍA, 2002).

E as qualidades de adaptabilidade, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, continuidade, capacidade de compreensão e de escuta, relativamente, o arquivista deve ter em relação ao produtor do documento, ao pesquisador e ao cidadão.

No entanto, esse profissional, que é quem permite que os arquivos possam realmente cumprir aquele papel instrumental que lhe cabe, é um profissional pouco compreendido, seja pelos administradores, produtores dos documentos, seja pelos cidadãos e pelos pesquisadores, usuários dos documentos.

A sociedade tem dos arquivos e dos arquivistas uma imagem obscurecida e mal entendida. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos, em 1984, obteve respostas à sua enquete sobre o por que dos arquivos terem uma imagem tão “out”, algo como “tão por fora” (THE IMAGE, 1984):

* É porque os arquivos tendem a ficar “fora da vista”, nunca estão localizados em lugares visíveis e acessíveis. “Fora da vista, fora do pensamento”, dizem os americanos. “Longe da vista, longe do coração”, diríamos nós.

* É porque os arquivos, no caso os históricos, lidam com o passado, parece ser algo passivo, parado no tempo, retrógrado, conformado.

* É porque os arquivos não têm um apelo político. Como se diz aqui, não dá IBOPE, não dá voto.

* É porque nos governos há áreas mais importantes, de maior realce, de “maior IBOPE”.

* É porque, no caso dos arquivos das empresas, é a “área que não dá lucro”.

* É porque as posições dos funcionários do arquivo não correspondem a gerências, a lideranças, não são respeitadas.

5 CONCLUSÕES

Ora, para conseguirmos que os arquivos e que nós, arquivistas, fôssemos mais considerados, era preciso que nossa contribuição, dentro da entidade, fosse mais viva, mais explícita, mais concreta, mais enfática. Muitos profissionais acham que a importância deveria ser traduzida em mais poder de decisão e que sua atividade não fosse tão subterrânea, até misteriosa. Na realidade, a concepção que as pessoas têm dos arquivistas é obscurecida, opaca e prejudicada por imagens negativas

estereotipadas. É uma profissão que tem a característica de que todos os que estão a ela associados são chamados com a mesma denominação – o que não acontece em outros ramos do saber e do fazer. É chamado de arquivista, no Brasil, desde o atendente do protocolo, o guarda do depósito, o digitador, o *office boy* que distribui documentos, até o graduado em arquivologia, o diretor do arquivo, seja de carreira ou não, o especialista, o professor da área. E isso ainda é quando acham que ele existe, pois é bastante invisível e sua atuação profissional é confundida com os computadores, com os bibliotecários, com os secretários e com os especialistas em informática. O arquivista, mesmo o corretamente denominado, conta com a má vontade dos chefes, dos colegas de outras áreas, dos usuários, que não compreendem bem o seu trabalho. Muitos desses acham que é normal, nos arquivos, os erros, as confusões, o não acharem-se papéis. E julgam que ocorre um “milagre” quando encontram a informação que procuram.

É preciso fazer com que mude essa situação. A satisfação de ser bem atendido, prontamente atendido, corretamente atendido – é o melhor fator da composição de uma imagem positiva do arquivo e dos arquivistas, seja pelos usuários internos nos arquivos correntes, seja pelos usuários externos no arquivo histórico. Há formas de reverter essa situação pela atuação dos profissionais, das associações de classe, pelos pesquisadores e professores de Arquivologia, por meio da atuação correta, de campanhas esclarecedoras, de publicações de alto nível, de difusão na mídia em geral (BELLOTTO, 1996). Bem, mas isso já seria assunto para uma outra ocasião.

Abordar as qualidades técnicas, pessoais e de comportamento ético do arquivista não é tema desvinculado da questão do papel instrumental dos arquivos, porque esse papel só se cumprirá a contento se lhe corresponder o profissional à altura.

NOTAS EXPLICATIVAS

* Esse artigo tem como base duas conferências: a primeira, proferida no Encontro dos Estudantes de Arquivologia, evento integrado ao VII Congresso de Arquivologia do Mercosul,

realizado em Viña del Mar, Chile, em 23 de novembro de 2007, sobre as responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista; a segunda, proferida na Mesa Redonda sobre o papel social, instrumental e político dos arquivos no Seminário Arquivo, Memória. Fundação Cultural de Santos. Santos, SP, em 28 de agosto de 2009.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Arquivo & História**, Rio de Janeiro, 2: 7-16, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. El espacio de la diplomática en la enseñanza de la archivología. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 18-36, 2002.

BERCHE, Claire. El uso popular de los archivos. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS 9. **Anais...** Londres, 1980 (sep.).

CARUCCI, Paola. **Le fonti archivistiche**: ordinamento e conservazione. Roma, La Nuova Itália Scientifica, 1983.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de ética**. (Adopted by the General Assembly in its XIII th session in Beijing (China) on 6 September 1996). Disponível no site: < <http://www.wien2004.ica.org/sites/default/files/Ethics-EN.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2007.

CRUZ MUNDET, José Ramón. Funciones de los archivos. In: _____. **Manual de archivística**. 2. ed. Madrid, Fundación Ruy Pérez, 1994, p. 95.

DURANTI, Luciana. The Archival Bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, p. 213-218, 1997.

GARCÍA BELSUNCE, Cesar A. El uso práctico de los archivos. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 9. **Anais...** Londres, 1980 (sep.).

GRIMARD, Jacques. La pratique archivistique a trouvé une identité. **Archives**, Québec, 24(3) : 3-12, hiver, 1993.

JAÉN GARCÍA, Luís Fernando. Los retos de los archivistas en el nuevo milenio. **Memoria del XV Congreso Archivístico Nacional**. San José, Costa Rica, 2002, p. 41-61.

PRINCIPE, L. S. Les archives et les citoyens. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 9. **Anais...** Londres, 1980 (sep.).

ROPER, Michael. El uso academico de los archivos. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 9. **Anais...** Londres, 1980 (sep.).

THE IMAGE OF ARCHIVISTS. Ressources allocator's perceptions. Tour Force on Archives and Society. Society of American Archivists, 1984.

INSTRUMENTAL ROLE OF ARCHIVES AND PROFESSIONAL QUALITIES OF THE ARCHIVIST

Abstract: *Reports two conferences, meeting the students at the Seventh Congress of Archival Mercosur held in Viña del Mar, Chile, November 23, 2007 on the ethical responsibilities and citizens in shaping the archivist; Roundtable social role, instrumental and Seminar in Political Archives and Memory. Cultural Foundation of Santos. Santos, SP, August 28, 2009. Archives are instruments, tools, citizenship, law, historiography, administrative actions, technical, scientific evidence because they are foundational in the efficiency of public and private administration. Archives are essential tools for managing public / private, since they integrate the mechanisms of decision and action and, accordingly, should take place both in public policies and business strategies in the knowledge praxis.*

Key-words: *Archives. Instruments of archives. Ethics.*

Originals recebidos em: 22/03/2012

Aceito para publicação em: 04/04/2012

Publicado em: 27/08/2012